



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

**Órgão do Partido  
Operário Revolucionário**  
☎ (11) 95446-2020  
[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
@massas.por  
[anchor.fm/por-massas](https://anchor.fm/por-massas)

**MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)**

# **Por um 1º de Maio operário, classista e internacionalista! Não ao 1º de Maio governista e colaboracionista!**

Esta manifestação na Praça da Sé se justifica pela rejeição do 1º de Maio no Anhangabaú que serve de apoio ao governo Lula. Não se trata de um acontecimento novo. A ausência de um 1º de Maio independente de governos e de partidos da burguesia tem se afirmado há muito tempo. A ascensão do PT ao poder do Estado, sob a liderança de Lula, consagrou a política de colaboração de classes, que impera entre as direções sindicais.

A política do governismo penetrou fundo nas organizações sindicais e populares. E isso não somente nos governos petistas. A política de colaboração de classes se impõe mesmo quando o PT e aliados estão na oposição. Sob os governos de Temer e Bolsonaro, se pode constatar o quanto as direções sindicais manobram para que a classe operária e os demais explorados não se levantassem ampla e profundamente contra as reformas trabalhista, previdenciária e educacional.

Os pobres, miseráveis e famintos tiveram de suportar dois anos de pandemia. Arcaram com o maior número de mortos, com as medidas antioperárias desfechadas pelo governo Bolsonaro e pelo Congresso Nacional e com demissões em massa. As direções burocráticas das centrais e sindicatos se livraram da responsabilidade que acabou recaindo somente sobre o governo obscurantista de Bolsonaro. O que foi importante para trazer Lula de volta à política burguesa e à presidência da República.

A esperança da maioria que deu a vitória ao candidato do PT e da frente ampla era a de que Lula levasse a cabo uma ruptura com a governabilidade armada pelo golpista Temer e pelo ultradireitista Bolsonaro. Em alguns pontos houve descontinuidade, mas não no fundamento da governabilidade, que se caracteriza por descarregar a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida e proteger o grande capital.

Não houve ruptura com as contrarreformas da previdência e trabalhista. Não houve ruptura com o arrocho do salário-mínimo. Não houve ruptura com o pagamento de mais de R\$ 700 bilhões em juros da

dívida pública. Não houve ruptura com as exigências do capital financeiro de manter o orçamento do Estado submetido à sustentação do parasitismo da gigantesca dívida pública. Não houve ruptura com as relações oligárquicas que se impõem do Congresso ao Executivo. Esse fundamento burguês da governabilidade é ditado pela subordinação ao grande capital.

O governo Lula se viu na contingência de se diferenciar de Bolsonaro assumindo a bandeira de proteção à Amazônia, à procura de ajuste de relações do Brasil com o imperialismo norte-americano e europeu. A busca de financiamento do fundo da Amazônia evidencia a incapacidade da burguesia de elevar o desenvolvimento da região Norte como parte de um desenvolvimento nacional independente e soberano.

A conservação do Bolsa Família de R\$ 600,00 ao lado do salário-mínimo de R\$ 1.320,00 testemunha a impotência do governo, que se posa de reformista, em combater e solucionar de fato a miséria e a fome de milhões de brasileiros.

Lula deixou claro que a bandeira do movimento camponês de reforma agrária há muito foi relegada ao lixo da história social e econômica do Brasil. Agora, o fundamental para a governabilidade está em abraçar a causa do agronegócio, que há duas décadas retomou sua enorme predominância nas bases econômicas do País. Lula, porém, não pode deixar de aturar o MST, que espelha as contradições entre o velho e o novo país agrário, entre a velha e a nova oligarquia latifundiária.

Neste exato momento, a oligarquia unida se mostra bem mais forte e organizada no seio do Estado que nas duas décadas iniciais da “redemocratização”. Essa poderosa fração da burguesia nacional esteve à frente do golpe de Estado em 2016 e na sustentação dos governos direitista e ultradireita de Temer e Bolsonaro. Lula, diante da larga influência da oligarquia reacionária, está obrigado a governar sob os seus ditames. Em outras palavras, está obrigado a governar na contramão das necessida-

des da classe operária, da classe camponesa e das camadas pobres da classe média urbana. Essas classes trabalhadoras formam a maioria nacional oprimida, sobre as quais se assentam a brutal exploração do trabalho, o parasitismo financeiro e o saque imperialista. É no seu interior que se destacam a miséria e fome estruturais do capitalismo no Brasil.

O PT e Lula tiveram a possibilidade de governar o País por quase quatorze anos. Os mais pobres e os miseráveis se deslocaram da dominação eleitoral dos partidos oligárquicos, para colocar no poder do Estado um partido reformista, que se organizou a partir dos sindicatos e movimentos sociais. O PT se gestou vinculado, portanto, ao movimento operário, camponês e popular. Foi se adaptando à política de dominação burguesa sobre a maioria nacional oprimida. Concluiu como instrumento de opressão da classe capitalista interna e externa, da velha e da nova oligarquia, e do imperialismo, sobre a classe operária e os demais explorados.

No curso de ascensão ao Estado burguês, o PT arrastou a burocracia sindical, que, mesmo que dividida partidariamente, serviu ao governo Lula e Dilma. A estatização dos sindicatos por meio da política de colaboração de classes se tornou um poderoso obstáculo para o proletariado e a maioria oprimida se defenderem da selvagem exploração capitalista do trabalho, da alta concentração de riquezas em poder da minoria e do avanço da miséria.

A estatização sindical elimina a independência e a democracia nas organizações dos explorados. Assim, se desarma a classe operária da capacidade coletiva de reagir prontamente às demissões, ao fechamento de fábricas e à implantação da reforma trabalhista e da lei da terceirização.

A burocracia se tornou uma casta capacitada a manejar a estatização dos sindicatos e usá-la como meio de barganhas políticas diante da burguesia, dos partidos e governos. Eis por que as direções das centrais se uniram e ampararam a frente eleitoral burguesa armada em torno à candidatura de Lula. Faz parte do governo de frente ampla, direta ou indiretamente. A burocracia colaboracionista e contrarrevolucionária estreita assim, ainda mais, seus laços com frações da classe capitalista. O 1º de Maio promovido pela frente das centrais e movimentos em todo o País refletirá essa orientação pró-burguesa.

Lula se ergueu em meio à crise política que inviabilizou o continuísmo da ultradireita no poder, que já não servia a importantes setores da burguesia e que se chocava com os explorados. A crise política não se resolve simplesmente elegendo outro governo. O fracasso do golpe de Estado de 8 de janeiro afetou logo de início a governabilidade petista. As tendências recessivas da economia, atingida pela alta inflacionária e pelos juros exorbitantes, continuarão a açoitar os explorados e a aumentar o desespero de amplos setores da classe média. O governo não terá margem de manobra suficiente para evitar um pesado ataque à vida das massas.

Os reflexos da situação mundial se fazem sentir mais sensivelmente na economia nacional. A viagem de Lula à China pôs às claras as graves dificuldades que enfrenta o Brasil no plano internacional. Está diante da guerra da Ucrânia, que estabeleceu dois alinhamentos, que nenhum Estado tem como ficar à margem. Está diante do recrudescimento da guerra

comercial travada pelos Estados Unidos com a China. Está imerso nos desequilíbrios econômico-financeiros do capitalismo em decomposição. E faz parte do continente latino-americano que é arrastado pelas correntes desintegradoras da economia mundial chefiada por um punhado de potências.

O imperialismo norte-americano exige um alinhamento contra a Rússia e a China. Mas o Brasil depende em grande medida da China para manter aceso o grande ciclo de projeção do agronegócio. Lula admitiu condenar na ONU a Rússia. Mas, não concordou em enviar suprimentos militares à Ucrânia. Critica os Estados Unidos e a União Europeia de prolongar a guerra. Mas, nada pode fazer por sua proposta de paz. Essa dubiedade e pretensa neutralidade refletem o aprofundamento das contradições econômicas e da crise política no Brasil.

A burguesia brasileira mantém-se entranhada ao imperialismo norte-americano, mas necessita em grande medida das relações comerciais com a China, e, em menor medida, com a Rússia. O governo Lula não tem independência para traçar um caminho próprio, acabará servindo à estratégia mundial dos Estados Unidos.

Este 1º de Maio deve ser utilizado pela classe operária para se colocar com seu programa e estratégia próprios diante da guerra na Ucrânia e da guerra comercial. As mobilizações na França acenam a perspectiva da luta de classes mundial. O fato de os levantes no Peru terem sido contidos, as manifestações no Chile terem sido canalizadas para a eleição de um governo pequeno-burguês estéril e os protestos contra o governo de Bolsonaro terem sido utilizados para constituição de um novo governo burguês de Lula não dissolveram as tendências de luta mais profunda que se gestam nas entranhas da maioria oprimida. É questão de tempo para os explorados europeus se darem conta de que é preciso se levantarem contra a guerra de dominação, que não terá uma solução progressiva, se a paz depender das imposições dos Estados Unidos e seus aliados. A Rússia, por sua vez, admitirá a autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia se o proletariado mundial impuser uma derrota ao imperialismo, e o povo ucraniano se libertar do governo e da oligarquia que estão pela subordinação do país à OTAN.

Somente a classe operária e a maioria oprimida podem levantar no 1º de Maio um programa nacional de defesa de suas vidas e internacional de resposta à decomposição geral do capitalismo. Somente com o programa da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da Europa será possível quebrar a espinha dorsal do imperialismo e reatar a transição do capitalismo ao socialismo. É com esse conteúdo programático que o Partido Operário Revolucionário trabalhou e luta para que o 1º de Maio seja um momento de defesa da vida das massas, de combate a todas as variantes da política burguesa e de unidade internacional do proletariado.

***Abaixo o 1º de Maio governista! Viva o 1º de Maio operário, classista e internacionalista! Em defesa do programa próprio dos explorados. Por uma paz sem anexação na guerra da Ucrânia, e sem nenhuma imposição do imperialismo! Viva a luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem classes, o comunismo!***